



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 681055 - MG (2021/0224408-1)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : JESUSNEY LIMA PEREIRA
ADVOGADO : JESUSNEY LIMA PEREIRA - MG118926
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS
PACIENTE : JOSE RODRIGO SANTOS DA SILVA (PRESO)
CORRÉU : RONEI GOUVEIA DE OLIVEIRA
CORRÉU : RAI CESAR RIBEIRO SOUZA
CORRÉU : LILIEL PEREIRA LIMA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JOSE RODRIGO SANTOS DA SILVA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS (*Habeas Corpus* n. 1.0000.21.115866-2/000).

O paciente encontra-se preso preventivamente pela suposta prática dos crimes previstos nos arts. 157, §2º, incisos I e V, §2º-A, inciso I, 157, §2º, incisos I e V, §2º-A, inciso I e 288, parágrafo único, todos do Código Penal.

O impetrante sustenta que "A Prisão preventiva é medida excepcional, aplicada quando outras medidas não forem aconselháveis ao caso concreto ou não surtirem efeitos necessários. Diante da premissa dos autos, considerando que o Paciente possuía na data dos fatos, um álibi, e ainda, dado o tempo de mais de um ano entre o requerimento de determinada medida e o deferimento desta, temos que, referida medida foge dos critérios de excepcionalidade" (fl. 6).

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva com a consequente expedição de alvará de soltura.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Nos termos da jurisprudência pacífica do Superior Tribunal de Justiça, as prisões cautelares são medidas de índole excepcional, somente podendo ser decretadas ou

mantidas caso demonstrada, com base em elementos concretos dos autos, a efetiva imprescindibilidade de restrição ao direito constitucional à liberdade de locomoção (HC 671.190/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 22/06/2021, DJe 30/06/2021).

No caso dos autos, a segregação cautelar do paciente encontra amparo em fundamentos idôneos, na medida em que a constrição antecipada do paciente se deu em razão de sua periculosidade, revelada pela gravidade concreta da conduta (*modus operandi*) e, ainda, pelo risco de reiteração delitiva. É o que se extrai do seguinte trecho (fl. 41):

Lado outro, verifica-se que a decisão que decretou a prisão preventiva do paciente está devidamente fundamentada na necessidade de garantia da ordem pública, tendo em vista a gravidade em concreto dos delitos supostamente cometidos pelo paciente e do risco de reiteração delitiva. Destaco:

"(...) O acusado José é reincidente na prática delitiva, inclusive com condenações anteriores por crime de roubo, a mais recente delas em pleno cumprimento de pena, além de responder a outras ações penais em curso, vide CAC de fls. 282/288. Assim, a prisão é juridicamente possível, nos termos do art. 313, incisos I e II, do CPP. Além do *modus operandi* acima descrito também recomendar a segregação cautelar, merece destaque o fato de que o crime teria sido praticado no curso do cumprimento de pena, sendo o acusado em questão condenado por dois outros crimes de roubo, a indicar que a reiteração delitiva, que viola a ordem pública, somente cessará com a prisão preventiva, sendo insuficientes medidas cautelares menos gravosas".

Assim, constatada sua periculosidade, em virtude da aludida reiteração criminosa, à medida que se impõe é a manutenção da prisão, com o fito de acautelar o meio social e obstar o cometimento de novos delitos.

Assim, considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente